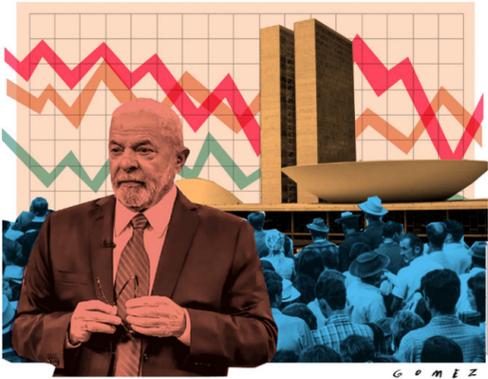


NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azevedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Fim do 6 x 1 mobiliza redes e pressiona Lula

O vice-presidente Geraldo Alckmin pôs mais lenha na fogueira do debate sobre a redução da jornada de trabalho, que ganhou as redes sociais após a deputada federal Érika Hilton (PSol-SP) ter recolhido assinaturas para apresentar à Câmara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que reduz a jornada semanal de 44 horas para 36 horas.

“O fim do 6 x 1”, como foi batizada a proposta de emenda constitucional, viralizou nas redes sociais e já pressiona o governo Lula. “Isso não foi ainda discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida em que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, você ter uma jornada menor. Esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento a sua discussão”, disse.

Ministro da Indústria e Comércio, Alckmin comentou o tema ao ser questionado durante entrevista no Azerbaijão, onde chefiava a delegação brasileira da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP29. O projeto de Érika Hilton foi formulado pelo movimento social Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador carioca Rick Azevedo (PSol), com objetivo de acabar com a jornada 6 x 1, em que o funcionário trabalha durante seis dias na semana e folga apenas um.

A petição pública criada pelo VAT e direcionada ao Congresso Nacional já coletou mais de 2 milhões de assinaturas. Há seis meses, a parlamentar tenta conseguir as 171 assinaturas exigidas para que a PEC seja protocolada e, finalmente, apresentada na Câmara dos Deputados. Na segunda-feira, tinha cerca de 70 deputados signatários, mas passou da marca de 130 nomes. Para ser protocolada, a PEC precisa de 171 assinaturas.

A gradativa redução da jornada de trabalho, uma conquista dos trabalhadores de todo o mundo, nasceu nos Estados Unidos. Em meados do século XIX, trabalhar mais de 70 horas por semana era comum. Eram jornadas de 12 horas, seis dias por semana. Em 1926, a Ford Motor Company, sob a liderança de Henry Ford, instituiu uma semana de trabalho de oito horas por dia e cinco dias por semana.

Foi o resultado de três fatores: as lutas sindicais, a necessidade de gerar mais empregos por causa da Grande Depressão e o surgimento do Taylor-fordismo, a linha de produção da grande indústria mecanizada. Pouco depois, em 1930, o barão dos cereais W.K. Kellogg decidiu instituir turnos de seis horas em vez de turnos de oito horas, com alguma redução nos salários dos trabalhadores.

A mudança permitiu que a Kellogg contratasse funcionários que haviam sido demitidos e outros desempregados. Em dois anos, os trabalhadores começaram a ganhar em seis horas o que ganhavam trabalhando oito. Atualmente, muitos países adotam jornadas mais curtas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa a 29ª posição no ranking global de carga horária, com uma jornada padrão de 8 horas diárias e 44 horas semanais.

O GOVERNO ESTÁ NA BERLINDA, PRINCIPALMENTE O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, QUE CRIOU UM PARTIDO E CHEGOU À PRESIDÊNCIA PARA DEFENDER OS TRABALHADORES

a maioria dos sindicatos e das associações patronais não aceita a mudança e já trabalha para matar a emenda antes de ser protocolada.

De acordo com a legislação vigente, a jornada padrão é de 8 horas diárias, somando 44 horas semanais. Isso significa que, normalmente, o trabalhador tem direito a um dia de folga por semana, preferencialmente aos domingos. Se o trabalhador ultrapassar essa jornada, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante que ele receba adicional de 50% sobre a hora extra (e 100% em domingos e feriados, se aplicável).

O Ministério do Trabalho (MTE) defende que o fim da escala de trabalho 6 x 1 seja tratado em convenção e acordos coletivos entre empresas e empregados. A PEC de Érika Hilton, porém, tem o objetivo de mudar o trecho da Constituição que limita a carga de trabalho a oito horas diárias e 44 horas semanais para incluir outras possibilidades de distribuição do expediente, como a escala 4 x 3, defendida pelo VAT. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece um dia como o período mínimo de descanso para o trabalhador.

Outra PEC para limitar a jornada de trabalho a 36 horas semanais e acabar com a escala 6 x 1 tramita na Câmara dos Deputados desde 2019. De autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a proposta aguarda novo relator na CCJ (Constituição de Comissão e Justiça e de Cidadania). Um relatório chegou a ser feito em 2023, mas não foi votado.

Agora, a proposta poderá ser pensada à PEC de Érika Hilton, caso ela consiga assinaturas suficientes para avançar com a limitação da jornada de trabalho.

Diante da situação, o governo está na berlinda, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou um partido e chegou à Presidência para defender os trabalhadores. Apoiar a proposta é uma atitude de alto risco, ainda mais se for aprovada. Tanto pode consagrar Lula na história quanto provocar uma forte reação contra o governo de empresários e empreendedores.

CONGRESSO

Críticas à demora para analisar o Orçamento

Texto está parado na CMO enquanto o Senado não aprova o projeto de Lei complementar que regulamenta a transparência das emendas parlamentares

» ISRAEL MEDEIROS

Ante o impasse envolvendo o bloqueio de emendas parlamentares, congressistas começaram a manifestar preocupação com o calendário de aprovação do Orçamento de 2025. A deliberação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) está parada enquanto o Senado não aprova o projeto de lei complementar que regulamenta a transparência e rastreabilidade das emendas.

O texto foi elaborado para atender às exigências do Supremo Tribunal Federal (STF). A Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, no entanto, emitiu uma nota técnica, na segunda-feira, em que aponta que o projeto em tramitação não atende aos critérios da Corte.

“De 14 critérios e parâmetros identificados, apenas três deles são atendidos substancialmente pelos dispositivos do projeto e, ainda assim, esses dois quesitos já constam dos normativos vigentes”, escreveu a Consultoria do Senado.

Um eventual descumprimento das exigências feitas pelo Supremo poderia atrasar ainda mais as discussões. Na sessão da CMO de ontem, que deliberou apenas sobre temas paralelos, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) relembrou a votação às pressas da LDO e da LOA de 2023 e afirmou que, na ocasião, o Congresso abriu um “precedente horroroso”.

Para a congressista, a aprovação açodada tirará tempo dos deputados e senadores para discutir e propor mudanças ao Orçamento.

Pedro França/Agência Senado



Comissão Mista de Orçamento (CMO): temor de que apreciação tenha de ser feita de forma açodada

De acordo com integrantes da CMO ouvidos pelo **Correio**, o sentimento dos parlamentares de que o Supremo teria invadido as competências do Congresso — algo que tem sido ressaltado por deputados em discursos na própria comissão — deixou mais conturbado o cenário político em torno do Orçamento.

A demora para analisar os instrumentos orçamentários, no entanto, tem mais a ver com

critérios técnicos. O deputado Jonas Donizette (PSB-SP) afirmou que os parlamentares esperam uma definição sobre o assunto no Senado (algo que pode ocorrer hoje) para entender a estrutura do Orçamento.

“Fica muito difícil votarmos a peça orçamentária sem saber qual o recurso que será destinado para os parlamentares fazerem suas emendas e as regras para isso”, argumentou. Ele

também se disse preocupado com o calendário orçamentário e pediu, na sessão de ontem, que a presidência da CMO faça reuniões para definir o cronograma a ser seguido.

O parlamentar negou, no entanto, que os integrantes da CMO estejam fazendo qualquer “pressão indevida” pela solução do impasse das emendas ao não deliberar sobre a LDO e a LOA.

Obras não iniciadas

A Controladoria-Geral da União (CGU) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório em que enfatiza que 39% das obras financiadas por emendas não foram iniciadas.

O documento atende à determinação do ministro Flávio Dino, da Corte, que pediu uma auditoria sobre os 30 municípios que mais receberam emendas parlamentares por habitante, de 2020 a 2023, e de todos os repasses para ONGs entre 2020 e 2024.

O relatório também aponta que os recursos destinados às emendas de relator, que integram o chamado “orçamento secreto” declarado inconstitucional pelo Supremo, passaram a ser procedentes das emendas de comissão a partir de 2023, sugerindo uma continuidade do modelo.

Intercâmbio

“De 2020 a 2022, os recursos destinados aos 30 municípios da amostra foram originados quase que integralmente de emendas do relator (RP 9); no ano de 2023, todos os recursos advieram apenas de emendas de comissão (RP 8), caracterizando um intercâmbio do tipo de emenda”, ressalta o documento.

Sobre as regras de transparência e rastreabilidade dos municípios que receberam os repasses, a CGU aponta que a maioria não têm ferramentas capazes de assegurar a publicidade dos dados “A identificação do autor (demandante) dos recursos oriundos de emenda não se constitui regra, visto o pedido ocorrer, comumente, por tratativas diretas entre a autoridade municipal e o parlamentar e, em alguns casos, instrumentalizados por meio de ofício”, diz o relatório.

PARA AMORES INCONDICIONAIS, DIREITOS INTEGRAIS.

A CLDF TRABALHA NA DEFESA DOS ANIMAIS.

Agora é lei. Em defesa da causa animal, a CLDF criou, além da Lei que institui o Programa Guardiã Responsável, a Lei que proíbe o tratamento de animais como objetos, garantindo a tutela jurisdicional em caso de violação de direitos. Agora, cães, gatos e outros pets do Distrito Federal contam com mais proteção.

Conheça essas e outras leis que promovem a adoção consciente e o combate ao abandono e aos maus-tratos aos animais no portal da CLDF.

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

TV DISTRITAL

CANAIS
ABERTO NET VIVO
9.3 11 9

www.cl.df.gov.br

comunicacldf
cldfnoticias
tvcamaradistrital